

## Resenha

ARENDDT, H. **A promessa da política**. Tradução: Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Difel, 2008. 287p.

## ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: OS USOS SOCIAIS DA POLÍTICA

Diogo da Silva Roiz\*

Hannah Arendt viveu entre 1906 e 1975, e foi uma das maiores filósofas do século passado. Sua produção, além de volumosa, é altamente criativa e inovadora. Hoje quase toda ela já está traduzida no Brasil, a exemplo de: *Entre o passado e o presente* (1972), *Crises da república* (1973), *A condição humana* (1975), *Homens em tempos sombrios* (1987), *Origens do totalitarismo* (1989), *Da revolução* (1990), *Lições sobre a filosofia política de Kant* (1993), *O que é política?* (1998), *Eichmann em Jerusalém* (1999), *A dignidade da política* (2002), *Responsabilidade e julgamento* (2004), *A promessa da política* (2008), *Compreender: formação, exílio e totalitarismo* (2008), *A vida do espírito* e *Sobre a violência* (editados em 1993 pela Editora Relume Dumará e reeditados em 2009 pela Editora Civilização Brasileira).

Embora os temas tratados em seus livros fossem bastante variados, alguns passavam quase todos eles, como: a) de que modo os homens e mulheres se organizam em sociedade e produzem suas instituições culturais, políticas e religiosas; b) como ocorreram as transformações das esferas pública e privada, no tempo e espaço, e de que modo essas mudanças estiveram articuladas e influenciaram a produção das obras

e das ações humanas; c) quais as responsabilidades do “agir político” sobre a sociedade; d) e de que maneira a filosofia poderia contribuir para a compreensão dos regimes políticos e de seus efeitos sobre a condição humana. Evidentemente, tal síntese não alcança a totalidade nem a complexidade de suas ideias. Basta observar a forma com que a autora se deteve sobre as relações entre política e filosofia em *A promessa da política*. Dando continuidade ao livro *O que é política?*, publicado postumamente, e cujo texto foi reproduzido no último capítulo de *A promessa da política* (p. 144-265), a autora retoma suas discussões sobre o que define a política e de que modo ela interage com a vida dos homens e mulheres em sociedade. Tal como a obra anterior que foi pesquisada e organizada por Ursula Ludz entre os papéis inéditos da autora, em *A promessa da política* houve um movimento semelhante, com o cuidadoso trabalho de Jerome Kohn, que apresenta seus resultados, numa introdução pormenorizada sobre a pesquisa dos originais e suas características.

A obra basicamente está dividida em duas partes, ou dois momentos. A primeira procura reconstituir a formação de uma “tradição” política no pensamento ocidental,

\* Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: <diogosr@yahoo.com.br

que se dá na Grécia, com os resultados da ação de Sócrates e da interpretação que lhe fez Platão em sua obra de diálogos, e a dissolução desta “tradição” de pensamento sobre a política, com a obra de Karl Marx (e de F. Nietzsche). De acordo com Jerome Kohn:

O que importa para a tradição é que Platão introduziu o conceito de exercício do poder na esfera política, a despeito de ele ter se originado na dominação completamente apolítica sobre os escravos domésticos. Dominar escravos permitia ao senhor deixar a sua residência privada; liberado do cuidado das necessidades da vida, ele podia adentrar o espaço público, a ágora, onde circulava entre seus iguais e lhes falava livremente (p. 29).

Nesse primeiro momento, que cobre os primeiros cinco ensaios (p. 45-143), a autora demonstrará qual a importância desse pensamento para a tomada de decisões, embora, desde o início, tal tradição carecesse de uma reflexão articulada à “prática política”. Fundamentalmente calcada numa teorização do que era a política, essa tradição encontrou seu apogeu por não conseguir identificar as mudanças drásticas da sociedade e dos regimes políticos, operacionalizada a partir dos séculos XVIII e XIX. Nesse ponto, conforme nos aponta Kohn:

[...] a tese de Arendt não é que o totalitarismo provenha diretamente da tradição, ou de Marx, mas que [...] no pensamento de Marx a tradição ‘encontrou o próprio fim’, como uma serpente que se enrola para devorar a si mesma. O fato de o marxismo ter rompido a autoridade da tradição era uma condição maximamente negativa do totalitarismo bolchevique (p. 15).

Já a segunda parte é formada pelo ensaio “Introdução na política” (p. 144-265),

anteriormente publicado em *O que é política?*, cujo objetivo era analisar por que a política havia sido deixada de lado pelos homens e mulheres do século XX. De igual modo, Kohn esclarece que:

A tese de que Arendt tinha uma teoria própria da política, distinta, mas comparável a outras teorias políticas, se baseia em alguns pressupostos: primeiro, o de que há um significado ‘global’ que corresponde à significância, à pluralidade de significados, encontrada em sua obra; segundo, o de que a ‘dificuldade’ [de] compreendê-la pode ser superada, ainda que ela se inclinasse a deixar intactas as dificuldades daquilo que compreendia; e terceiro, o de que [...] estava mais interessada em dar sentido à esfera política para si mesma do que em transmiti-la aos demais (p. 23).

Como a política e o seu exercício no Ocidente lhe foram legados diretamente pela Grécia Clássica, a autora retoma sua definição: “(...) centrada na liberdade, com o que esta é entendida negativamente como o estado de quem não é dominado nem dominador e positivamente como um espaço que só pode ser criado por homens e no qual cada homem circula entre seus pares” (p. 172), para conformá-la ao “ensinamento de Sócrates” de que “somente aquele que sabe viver consigo mesmo está apto a viver ao lado de outros” (p. 63). Dessa multiplicidade de atitudes junto ao coletivo, preconizada por Sócrates, a autora dirá que Platão, ao sistematizá-la dentro de uma teoria política, não percebeu que acabou limitando a capacidade de ação do indivíduo. Nesse sentido, de Sócrates a Platão e Aristóteles, e deles até Cícero e o pensamento religioso medieval, houve a consolidação de um modelo de pensar o político e a política. Para ela:

Entre elas [as experiências políticas da humanidade ocidental] está a antiga experiência do mundo homérico grego, anterior à pólis, com seu sentido da grandeza dos feitos e empreendimentos humanos, que aparece refletida na historiografia grega. No começo de sua obra, Tucídides diz que vai narrar a Guerra do Peloponeso porque, em sua opinião, ela foi ‘o mais grandioso movimento já verificado na história’. Heródoto escreve não apenas para salvar do esquecimento tudo que os homens haviam dado à luz, mas também para que feitos grandiosos e maravilhosos não deixassem de ser louvados. O louvor é necessário devido à fragilidade da ação humana, que, única dentre todos os tipos de realizações humanas, é ainda mais efêmera do que a própria vida – totalmente dependente da lembrança no louvor dos poetas e nos relatos dos historiadores, cujas obras, embora ainda não consideradas maiores do que os próprios feitos, eram sempre reconhecidas como portadoras de mais permanência (p. 91).

Efetivamente, o modelo tradicional de pensar a política, herdado da antiguidade, iniciaria um percurso de críticas contundentes, que perpassariam de Montesquieu, Herder, Hegel, até Marx e Nietzsche. Para ela, só

[...] existe uma diferença essencial entre Hegel e Marx, embora, verdade seja dita, de importância catastrófica: Hegel projetou a sua visão histórico-mundial exclusivamente para o passado e deixou a sua consumação esbater-se no presente, ao passo que Marx, ‘profeticamente’, projetou-a, ao contrário, para o futuro e compreendeu o presente como um simples trampolim. (p. 118).

E o “que ocorreu no pensamento moderno, por intermédio de Marx, de um lado, e de Nietzsche, por outro, foi à adoção do marco da tradição com a rejeição simultânea de sua autoridade. Este é o verdadeiro significado histórico da inversão de Hegel por Marx e da reversão de Platão por Nietzsche” (p. 121). Nesse sentido, a autora descortina de que modo eles contornaram os pressupostos daquela tradição, alicerçados sobre certos fundamentos, para os quais:

Assim como não existe o ser humano como tal, mas somente homens e mulheres que em sua absoluta distinção são iguais, ou seja, *humanos*, essa indiferenciação humana comum é a *igualdade* que, por sua vez, só se manifesta na diferença absoluta de um igual em relação ao outro. Tanto é assim, que o fenômeno dos gêmeos de aparência idêntica sempre nos causa certa surpresa. Se, por conseguinte, ação e discurso são as duas atividades políticas por excelência, diferença e igualdade são os dois elementos constitutivos dos corpos políticos (p. 109).

Assim, “Arendt vê o colapso da longa e poderosa tradição do pensamento político quando Marx (...) suprimiu o seu início com a ideia de que a dominação, na qual incluía o governo e o direito, provém de, e estabelece, a desigualdade humana”; por isso mesmo, não “haverá divisão entre dominadores e dominados na futura sociedade sem classes, tampouco haverá qualquer separação entre as esferas pública e privada, e não haverá nada parecido ao que é para Arendt a liberdade política” (p. 32), acrescenta Kohn.

Nesse sentido, os dois momentos abordados neste livro, sabiamente organizado por Jerome Kohn, atravessam a elaboração de uma tradição no pensar a política e

sua dissolução, que viria a tornar a política uma questão destituída de significados para muitos homens e mulheres no século XX. Inicialmente elaboradas nos anos de 1950, como um complemento ao seu livro *Origens do totalitarismo* (de 1951), – no qual a autora conscientemente não havia discutido o pensamento marxista –, estes textos, além de esclarecerem esta ausência, também avançariam na interpretação do pensamento político ocidental. Desse modo, é visível a articulação dos textos, ainda que organizados postumamente. E seguindo a mesma qualidade analítica dos livros anteriores de Hannah Arendt, este *A promessa da política* chega em boa hora, até para repensarmos os desvãos da política contemporânea brasileira, que cada vez mais tem esvaziado os significados do “agir político” para a sociedade. Ou, em suas palavras, “(...) quando perdemos a faculdade de julgar (...) começamos a achar que há algo errado conosco por não conseguirmos viver sob as condições da vida no deserto”, mas que “nós, que não somos do deserto, embora vivamos nele, podemos transformá-lo num mundo humano” (p. 266), na medida em que retomamos nossa capacidade de julgar e não descartamos nossa possibilidade de “agir coletivamente”.